

ENTREVISTA COM HARUF SALMEM ESPINDOLA

Outros Tempos – Nos fale de sua formação acadêmica.

Eu fiz o curso de História na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais, entre 1978 e 1981. Nesses anos a FAFICH era o centro da agitação política contra a ditadura, congregando as principais lideranças do movimento estudantil. Nós tínhamos um curso livresco, sem espaço para prática, sem qualquer estudo de história regional ou incentivo a pesquisa. O curso dividia-se entre uma minoria da velha guarda positivista, se aposentando, e uma nova geração marxista. Estudávamos uma história social e econômica. Caio Prado, Nelson Werneck Sodré e outros marxistas eram lidos. É incrível de se acreditar, mas fiz o curso sem ler Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, entre outros. Líamos muito, mas muito mesmo. Considero que esse tipo de formação não é ideal, mas tinha a uma vantagem de dar uma base mínima de erudição. Não creio que uma boa formação em História possa se dar sem leituras, leituras e muito leituras.

Depois de formado retornei à minha cidade de Governador Valadares, para trabalhar no ensino médio da rede estadual e num cursinho pré-vestibular. Dois anos depois, em 1984, fui aprovado no mestrado em História Política da Universidade de Brasília. Não era um tempo muito favorável a história política, mas no Brasil o debate intelectual sobre o autoritarismo tinha uma centralidade importante, em função da ditadura militar. Meu interesse estava ligado diretamente a questões que centralizaram minha atenção na graduação, especialmente os processos de transição e gênese de um novo modo de produção: transição para o feudalismo, transição para o capitalismo, processos de modernização e industrialização etc. No mestrado da UnB, com a orientação do historiador Francisco Iglésias, concentrei os estudos sobre modernização e industrialização brasileira, com uma dissertação sobre a ideologia do Estado Novo, particularmente a construção do discurso de fundamentação do processo transição da sociedade agrária exportadora para a sociedade urbano-industrial. Estudei especificamente a revista *Cultura Política*, que circulou entre 1941 e 1945.

Em 1994, quando apareceu a oportunidade de fazer o doutorado, busquei o programa de História Econômica da USP. Nesse momento tinha voltado meu interesse para a história regional. Meu orientador, José Eduardo Marques Mauro, teve um papel importante na minha formação, pelo fato de ter questionado, no primeiro encontro para discutir o projeto de pesquisa, com a seguinte pergunta: você quer fazer história ou sociologia. Nesse momento veio à mente o texto *Historia e Ciências Sociais* de Fernand Braudel e vi que havia feito, até o momento, mais uma sociologia histórica. Um amigo, o historiador Marco Antônio Villa, nos nossos muitos encontros insistia na necessidade dos historiadores voltarem a escrever história. Como era de se esperar, com a

autocrítica, meu projeto foi para o lixo e, nesse momento nasceu o compromisso de escrever a história do Vale do Rio Doce.

OT – Em seu livro *Sertão do Rio Doce*, o Sr. diz Agradecer seu interesse pela história regional ao historiador Marco Antonio Villa, por favor nos conte como isso aconteceu?

Em 1991, quando conheci o historiador Marco Antônio Villa, ele estava na Universidade Federal de Ouro Preto, mas atualmente ele é professor da Universidade Federal de São Carlos. Eu havia organizado um curso de pós-graduação em História, com objetivo de dar capacitação para professores do ensino fundamental e médio, que na maioria eram formados em Ciências Sociais. O professor Villa ministrou a disciplina sobre a história da América no século XX. Um determinado dia, depois da aula, fomos tomar um chope e na conversa, ele fez diversas perguntas sobre a história da cidade e região, porém eu era incapaz de responder a qualquer uma delas. Eu acabei apelando: “esta não tem história nenhuma, começou ontem”. Na verdade eu não conhecia nada da história local nem tinha ouvido qualquer coisa a respeito. Dessa conversa, veio a autocrítica: eu nasci aqui, estudei história, fiz mestrado, dou aula de história no ensino médio e na Universidade, mas não sei nada da história local. Será que não tem mesmo uma história a ser contada. Dessa autocrítica nasceu o projeto “Fontes para a História do Vale do Rio Doce”, em 1992, que enviei a FAPEMIG, agência de fomento a pesquisa do Estado de Minas Gerais. Minha ideia foi primeiro ver se tinha fontes, antes de enveredar por qualquer projeto de pesquisa. Esse foi meu primeiro enviado a uma agência de fomento. Na época o governo de Minas não liberou recursos para a FAPEMIG, em função do impasse gerado pela Constituição estadual ter destinado 3% do orçamento para a agência. Como era muito recurso, não se liberava nada e a FAPEMIG estava completamente sucateada. Com a mudança de governo e o acordo de reduzir para 1% do orçamento, a FAPEMIG foi reestruturada. Todos os projetos que estavam acumulados durante os quatro anos do governo anterior, foram avaliados, com uma pequena parte foi selecionada para ir para julgamento. Entre os projetos aprovados, em 1995, no final do julgamento, o meu foi contemplado com os recursos financeiros solicitados.

Eu também devo agradecer o Villa pela minha decisão em fazer o doutorado na História Econômica da FFLCH/USP. Ele ligou, insistiu, forçou e orientou em tudo para que eu decidisse ir. Aí o destino conspirou a favor: eu entrei para o doutorado, a FAPEMIG liberou o dinheiro do projeto, a CAPES restabeleceu a cota de bolsa do programa PICDT para Univale, onde eu já era professor de tempo integral, e a universidade criou um programa de licença para capacitação. Eu tive todo o tempo, dinheiro para o projeto, o salário e a bolsa da CAPES. Isso não era pouco. O mais importante, eu tinha um projeto de pesquisa no qual valia a pena trabalhar com absoluta dedicação: o Sertão do Rio Doce.

OT – Braudel disse que “o tempo do mundo e a história do mundo não é um rio, são rios”. Muito da interiorização do Brasil foi feita através desses “caminhos de águas”. Fale um pouco sobre a navegação fluvial no Rio Doce.

Sergio Buarque já havia trabalhado com muito esmero a questão dos rios na obra “Monções”. Os rios tem um papel central na história da expansão e domínio lusitano na América. Eu não sabia nada disso antes de mergulhar nas fontes e, em função delas, ir atrás de estudos históricos correlacionados. A questão dos rios ocupa duas funções decisivas para a ocupação das florestas tropicais a leste das cidades mineradoras das Minas Gerais. Essas florestas separavam Minas do mar, do comércio oceânico, e criavam uma dependência em relação ao Rio de Janeiro. O Rio Doce, principal rio a cortar essas florestas, tem a característica de penetrar fundo no interior de Minas, chegando as principais regiões mineradoras, tais como Serro, Sabará e Ouro Preto/Mariana. Daí o projeto de fazer do rio um canal fluvial que ligasse Minas ao mar, numa época de construção dessas vias de navegação na Europa e EUA. Esse projeto de navegação do Rio Doce, que foi inicialmente tentado pelo Conde de Linhares, em 1800, chegou ao seu ponto auge entre 1808 e 1842, quando foi abandonado pelo governo. Os custos e as dificuldades impostas pelo meio e pela navegação do rio levaram à desistência. A navegação se reduziu às canoas militares, que controlavam a circulação, o abastecimento dos quartéis e fazia o correio, e às canoas particulares, que faziam o comércio de sal.

A segunda função da navegação era o controle do território. O que se chamava Sertão do Rio Doce, ocupado por sete divisões militares, entre 1808 e 1810, abrangia a faixa leste do atual estado de Minas Gerais, entre os vales dos rios Pomba e Muriaé (Zona da Mata) e o vale do rio Jequitinhonha, passando pelos vales dos rios Doce e Mucuri. Era uma extensa área de floresta formada por quatro bacias hidrográficas (Paraíba do Sul, Doce, Mucuri e Jequitinhonha). Os povos nativos que ocupavam estas florestas não dominavam a navegação. As canoas de origem tupi (pirogas) foram introduzidas pelas sete divisões militares, denominadas cada uma de Divisão Militar do Rio Doce. A distribuição de quartéis ao longo dos principais rios e seus afluentes maiores, combinada com a localização de quartéis em entroncamentos de caminhos terrestres indígenas permitiu o controle dos povos nativos e da penetração de colonos, garantindo o controle territorial por parte das divisões.

OT – Quando falamos de *sertão* temos presente o sentido que foi atribuído por Euclides da Cunha. O Sr. Em Sertão do Rio Doce, à p.76 da edição Univale/Edusc, diz: “Euclides muito contribuiu para formar esse ponto de vista”. **Os Sertões** (Campanha de Canudos) reporta-se a um grupo de sertanejos na região de Canudos. Foi correto tomarmos uma reduzida parte do território da Bahia, calcinada pelo sol, como representante do imenso território brasileiro¹?

A ideia de sertão não está apenas em Euclides da Cunha, tempos também Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, entre outros. Como eu digo no meu livro, as múltiplas referências produzem uma indeterminação de referenciais, que são resolvidas apenas pela especificação espacial e temporal que o termo abrange. Como o personagem de

¹ Cf. CARVALHO, Carlota. O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil. Ética, Imperatriz – Ma, 2000.

Guimarães Rosa, em Grande Sertão: “Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso...” Mais adiante torna a dizer: “Remei vida solta. Sertão: estes seus vazios”.

O sertão não se reduz ao que foi fixado na representação de Euclides da Cunha e que chegou até nós com mais força. Até o meado do século passado (década de 1940), o termo era utilizado amplamente para se referir a realidade bem diferentes daquela representada por Euclides. Como eu digo em meu livro, o sertão era uma descrição de paisagem que seguia um roteiro envolvendo as categorias povoamento, economia, direito, civilização e fisiografia. O povoamento engloba a dicotomia habitado/vazio, que não se refere à ausência de habitantes, mas à ocupação produtiva ligada ao mercado; também aí está incluída a oposição sedentário/nômade, em que povoamento é vida sedentária; contrapõe o trabalho agrícola à atividade de caça e coleta, ligando-se assim a distinção entre civilizado/selvagem. A economia abarca a contraposição de cultivado/inculto, em que não está em questão a presença da agricultura, mas a existência de culturas comerciais; também traz a contraposição entre trabalho/vadiagem, em que o referencial é o trabalho destinado a produzir para o mercado. O sertão também é o espaço da posse em contraposição ao da propriedade privada. As oposições que envolvem o trabalho relacionam-se à díade sedentário/nômade, e associa atividade de caça e coleta à vadiagem. Os elementos são muito interligados porque estão informados por noções mercantis e de propriedade.

Civilização é a categoria fundamental por enquadrar o conjunto de diferenciações decisivas para caracterizar a paisagem do sertão nos campos da religiosidade, urbanidade, costumes etc., permitindo contrapor civilização/barbárie, religião/superstição, entre outras. Na categoria fisiografia estão incluídos os aspectos ambientais da paisagem e os dados espaciais, tais como tamanho, localização, distância, constituição, ou seja, todos os elementos associados à extensão. Como encontramos no próprio Euclides da Cunha: “As nossas melhores cartas, enfeixando informes escassos, lá têm um claro expressivo, um hiato, *Terra ignota*, em que se aventura o rabisco de um rio problemático ou idealização de uma corda de serras”.²

Como eu digo em meu livro, o sertão foi território que se expandiu e se contraiu. Ao ser penetrado expandia-se a área de domínio da lei e da ordem e encurtava-se o espaço do ilegal, da ausência de autoridade. Também podiam ocorrer recuos, como o governador e capitão general de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, em 1806, comprova, ao propor uma série de medidas contra os índios botocudos. Ele se justificou do seguinte modo: “[...]povos que confrontam com a mata geral de aquém do rio Doce no termo da cidade de Mariana, [...], sendo obrigados a abandonar suas fazendas de cultura, e mineração, depois já de cultivada...” O sertão sempre expressava um espaço inconsistente, um tempo fluido, um jogo de imagens, um local que possibilitava passar do legal ao ilegal, do possível ao sonho, do real ao delírio, da fartura à fome, da ordem à violência, da cooperação ao ódio, do público à usurpação, da vida à morte.

² Euclides da Cunha. *Os sertões. Campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 16.

OT – Na Anpuh de Natal, eu e minha colega Claudia Attalah, coordenamos um Simpósio Temático sobre sertão. O dossiê da revista *Outros Tempos* sobre sertão recebeu mais de vinte artigos sobre o tema. Como o Sr. vê os estudos sobre o *sertão* hoje?

Considero de grande importância para repensarmos a formação do Brasil sob um novo paradigma, que é a dos diversos e do encontro, muito diferente do que se construiu ao longo da construção do Estado Nacional brasileiro. Esse se erigiu sobre a contraposição entre civilização e sertão, que serviu a um projeto de homogeneização, que é falso. Pensar os diversos é bem diferente da ideia de diversidade, pois no primeiro caso significa reconhecer a existência de muitos outros, que são tanto humanos como não-humanos, que existiram e ainda existe. Pensar em termos de diversidade não é a mesma coisa, pois essa é uma representação dominante de um Brasil que responde a uma concepção totalizadora e hegemônica de uma suposta unidade. Os estudos sobre sertão também contribuem para pensar o espaço como possibilidade de encontros e desencontros, ou simplesmente como não-encontros que tornam possível a existência de do diferente ainda hoje. O que estou querendo afirmar é a riqueza dos estudos sobre sertão para a compreensão dos processos sociais que configuram a multiterritorialidade a partir de relações de poder e, portanto, o entendimento de que não existe processo pronto e acabado. Essa maneira de pensar recoloca a política num lugar central da vida social, muito diferente do senso comum ou da falta de senso do atual presente.

OT – Vários autores produziram obras nas quais interpretam o Brasil. Podemos citar: Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Raimundo Faoro, Forestan Fernandes, Celso Furtado dentre outros. Quem a seu ver interpreta melhor o sertão e por quê?

Não diria que existe uma interpretação melhor ou pior, mas que esses autores contribuíram para a construção social de várias imagens sobre o Brasil, que possuíam em comum o pressuposto do Estado, da nação e do território nacional como dados. Isso não diminui a valor de nenhum deles, apenas indica que podemos avançar em outras direções.

OT – Para Guimarães Rosas “o sertão está em toda parte... o sertão é do tamanho do mundo”. Para o Sr. Onde está o sertão? São vários?

As perguntas “onde está o sertão” e “são vários” provocaram minha imaginação para pensar outras perguntas hoje: Onde estão os diversos? Quantas e várias territorialidades estão sobrepostas ao enorme processo de sobre-codificação operado no processo de construção do Estado Nacional brasileiro.

OT – Para finalizar: parafraseando Nísia Trindade: O Brasil é um grande sertão?

Confesso que tem hora que penso que somos parte de um imenso Portugal. Isso mais do que uma crítica é um reconhecimento da obra realizada pelos portugueses, em sua constante penetração pelo interior e domesticação dos sertões, expressa na máxima do marquês de Pombal: conhecer, ocupar e povoar. Não diria que o Brasil é um grande sertão, mas que nisso que se construiu como Brasil ainda sobrevive muitos e vários sertões. Trazê-los, todos, à superfície e torná-los conhecidos rompe com narrativas autoritárias e totalizadoras, revelando um espaço aberto e heterogêneo, no qual os diversos coexistem ou não. Isso simplesmente porque não está tudo feito para sempre, mas em construção e desconstrução, em encontros, desencontros e não-encontros.